

**O TEXTO JORNALÍSTICO EM UMA EXPERIÊNCIA
CONTEMPORÂNEA NO BRASIL: O CASO
DO SITE PONTE JORNALISMO**

Vitor Luiz Menezes Gomes (UENF)

vimegeral@gmail.com

Williane de Sá Marques (UENF)

ullimarques@gmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UENF)

arruda@uenf.br

RESUMO

O artigo traz estudo de caso do *site Ponte Jornalismo* (ponte.org) em sua relação com a padronização da escrita jornalística, objeto que se insere nos estudos de usos das formas e funções da língua. São analisados conteúdos jornalísticos publicados durante três dias pelo veículo, formando um *corpus* de oito matérias jornalísticas. Também foi realizada entrevista com o jornalista Fausto Salvadori Filho, um dos editores e fundador da *Ponte Jornalismo*, sobre o uso de padrões de escrita para os textos do site e a relação com os manuais de redação. Buscou-se identificar elementos textuais consagrados na redação de notícias ou eventuais rupturas com formas tradicionais e concluiu-se que, embora não utilize Manuais de Redação e adote expressões coloquiais em suas reportagens, a *Ponte* não rompe de forma contundente com a estrutura já consagrada dos textos jornalísticos.

Palavras-chave:

Comandos Pragmáticos. Jornalismo. Ponte Jornalismo.
Texto Jornalístico. Manuais de redação.

ABSTRACT

The paper presents a case study of *Ponte Jornalismo website* (ponte.org) in its correlation with the standardization of journalistic writing, an object that fits into the studies of the use of language forms and functions. By analyzing journalistic contents published by the vehicle for three days, an eight-journalistic articles *corpus* is found and formed. The journalist Fausto Salvadori Filho, one of the editors and founder of *Ponte Jornalismo*, was interviewed about the use of writing patterns for the site's texts and the relationship with the writing manuals. It was sought to identify consecrated textual elements in the news writing or eventual ruptures with traditional forms and it was concluded that, although it does not use Writing Manuals and adopts colloquial expressions in its reports, *Ponte Paper* does not break with the consecrated structure of the journalistic texts.

Keywords:

Journalism. Journalistic text. Pragmatic commands.
Ponte Journalism. Writing manuals.

1. *Manuais de redação como comandos paragramaticais*

Um dos traços da influência norte-americana no jornalismo brasileiro, os manuais de redação e estilo começaram a ser criados nas redações de grandes jornais do Brasil a partir da década de 50 do século XX. As iniciativas correspondiam à demanda por modernização dos processos de produção da notícia, que cada vez mais deixavam de ter a marca individual do jornalista e ganhavam uniformidade exigida a produtos que deixam uma linha de montagem. O crescimento das tiragens dos jornais, a transição do chamado jornalismo romântico para um momento de consolidação de empresas jornalísticas, a competição e a busca pelo atendimento a um público heterogêneo por meio de um noticiário generalista são elementos que estão na base de um comportamento mais procedimental e menos livre nas redações, com impactos diretos sobre as formas de uso da língua portuguesa – assim como sobre outros aspectos que não pertencem ao escopo deste artigo, como as rotinas de produção e o estabelecimento de referenciais éticos. Foi na esteira destas transformações que começaram a surgir e os chamados manuais de redação e estilo com uma das ferramentas de trabalho do jornalista.

De acordo com Bahia, um manual de redação e estilo é

Um conjunto de informações, esclarecimentos e recomendações do veículo para os seus redatores, repórteres, articulistas diagramares, colaboradores, etc. (BAHIA, 2010, p. 239)

A intenção apenas parecia óbvia. As redações passavam a contar com mais um utensílio de controle, que desta vez parecia cair inocentemente apenas sobre certos procedimentos de norma e estilo, com o objetivo de “buscar um estilo próprio, sistematizar termos e pronúncias, facilitar soluções artísticas e técnicas sem prejuízo à criatividade gráfica e editorial” (BAHIA, *ibid.*).

Bahia (*op. cit.*) ainda acrescenta que o manual deve ser

[...] atualizado na medida da necessidade de compatibilizar uma informação completa, bem apurada objetiva, direta, simples, nesta, atraente, isenta, correta, bem escrita, com o dinamismo da língua, as alterações semânticas, a evolução das tecnologias dos mass media com a própria dinâmica do veículo – a perfeioamento dos profissionais que nele trabalham, desde aqueles que chegam à redação sem experiência anterior – ou que procedem de publicações em que as normas são diferentes – até aqueles com prática já comprovada e que adquiram vícios de leitura ou que reclamam reciclagem. (BAHIA, *ibidem*)

Autores como o próprio Bahia (2010) e Nilson Lage (1999) iden-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tificam o manual do *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro, como sendo o primeiro do Brasil, elaborado pelos jornalistas Danton Jobim e Pompeu de Souza, os responsáveis por introduzir no país, além do próprio manual, também o *lead* (que padronizava uma hierarquia para a notícia, começando pela resposta considerada mais importante entre as perguntas clássicas “o que”, “quem”, “quando”, “onde” e “por que”, dentro da lógica da chamada Pirâmide Invertida) e o *copy desk* (mais que apenas um revisor, este profissional era um redator responsável por dar tratamento final aos textos dos repórteres de modo a dar a impressão de que todas matérias de um veículo haviam sido produzidas por uma mesma pessoa).

Os manuais, de acordo com Lage,

[...] atendiam, por um lado, à necessidade de generalizar procedimentos de técnica de redação que estavam sendo adaptados de modelos estrangeiros; de outro, à ausência de critérios estabelecidos para solução de muitos problemas ortográficos, desde o uso de maiúsculas até a grafia de nomes escritos com ideogramas ou em alfabeto não-latino: chinês, japonês, russo, hebraico, árabe, etc. (LAGE, 1999, p. 50)

Indo além da descrição da utilidade dos manuais, Caprino (2002) identifica que os objetivos destes ultrapassam as necessidades meramente de padronização do uso da língua, avançando também para o estabelecimento de referenciais de comportamento dos jornalistas e de fixação de políticas da empresa jornalística. Em sua tese *Questão de estilo: os textos jornalísticos e os Manuais de Redação*, a autora mostra como estes documentos têm essencialmente as funções de:

[...] compilar e transmitir normas e padrões do estilo jornalístico, voltado principalmente para jovens jornalistas; padronizar normas de estilo do veículo específico; orientar o comportamento e atitudes de jornalistas de um veículo; transmitir e divulgar a ideologia da empresa jornalística (ou política editorial) para jornalistas e leitores; divulgar o nome do jornal junto ao grande público, servindo de instrumento de marketing; estreitar sua relação com o leitor, estabelecendo uma espécie de contrato, pelo qual poderá ser cobrado; substituir parcialmente as gramáticas, principalmente na função de consulta de dúvidas. (CAPRINO, 2002, s/p)

A característica de controle empresarial exercida pelos manuais de redação e estilo também é registrada por Chaparro (1994), que identifica na Revolução Industrial e no ambiente Positivista do século XIX a formação de uma burocracia impessoal que acabou por se tornar paradigma das organizações industriais. No processo moderno de transformação da notícia em mercadoria e, mais recentemente, no século XX, de transformação de antigas iniciativas jornalísticas em empresas jornalísticas, este traço procedimental tornou-se uma necessidade:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Para as organizações que os editam os jornais são produtos necessários à sociedade, devem gerar lucros e outros ganhos não necessariamente financeiros. Para escrever, imprimir e distribuir é necessário ordenar um elevado número de ações humanas, administrar pessoal e recursos de vários tipos, criar e ajustar sistemas de convergência de esforços e capacidades, avaliar continuamente processos e resultados. E conseguir que decisões, expectativas e interesses se conciliem com os objetivos maiores da organização, quer sejam eles utilitários, de ideário ou ambos. (CHAPARRO, 1994, p. 87)

Um dos manuais mais referenciados no Brasil, o do jornal *Folha de S. Paulo*, que teve a sua primeira edição em 1984, deixa claro este caráter na apresentação: “Este manual contém as normas e recomendações que norteiam o trabalho dos jornalistas da Folha”, afirma em 18ª edição, reconhecendo adiante a sua influência sobre os leitores do jornal ao considerar o uso do manual não apenas por jornalistas.

Esta edição procurou também atender ao interesse dos leitores que utilizam o manual como fonte de consulta. Assim, ela traz uma série de anexos (gramatical, jurídico, médico e outros) cujo objetivo é oferecer ao público uma obra de referência –concisa, porém abrangente– e ao mesmo tempo dar subsídios à atividade jornalística, sem ter, evidentemente, a pretensão de substituir a consulta a especialistas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013, p. 7)

Mas não apenas jornalistas e pesquisadores da comunicação, como os citados até aqui, ocuparam-se do estudo dos impactos dos manuais de redação e estilo nas redações jornalísticas. O instrumento também foi incluído entre os chamados “Comandos Paragramaticais” identificados por Bagno (2009) – pesquisador da língua e da linguagem que estabeleceu um marco no Brasil dos anos 1990 ao publicar, em 1999, o livro *Preconceito linguístico – o que é, como se faz*, que rompe com o entendimento até então hegemônico de que a língua “certa” é apenas aquela normatizada pelas gramáticas. O Manual de Redação, para o autor, assim como gramáticas e dicionários, é uma forma de adestramento da língua para propósitos de dominação ideológica.

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-mundi não é o mundo... Também a gramática não é a língua (BAGNO, 2009, 19)

Um a um, Bagno (2009) derruba “mitos” em torno do preconceito linguístico, apresentando argumentos que desmontam teses usuais à época – mas que até hoje encontram adeptos – como a de que “O português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, ou “O brasileiro não

sabe português (que se associa à de que “Só em Portugal se fala bem o português”), ou a de que “Português é muito difícil”, ou “o lugar que melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”, ou “O certo é falar assim porque se escreve assim”, ou à de que “É preciso saber gramática para saber falar e escrever bem”, ou ainda a de que “O domínio da norma-padrão é um instrumento de ascensão social”. Não cabe aqui avançar no detalhamento dos argumentos de Bagno em torno destes “mitos”, apenas ilustra-se com a sua lembrança a dimensão da mudança de paradigma proposta pelo autor.

Sua questão central é a de que o uso da língua também está na esfera da disputa de poder, entendendo a sua utilização como um fazer político. A linguagem humana, a comunicação, não teria apenas a função técnica e isenta de levar informação de um emissor a um receptor, mas está eivada de intencionalidade e de ocultamentos. Referenciando-se por áreas como a Sociologia da Linguagem e da Análise do Discurso, Bagno aponta que “a linguagem é muitas vezes um poderoso instrumento de *ocultação da verdade*, de *manipulação do outro*, de *opressão*, de *emudecimento*” (BAGNO, 2009, p. 158, grifos do autor). E assim como não se presta meramente a informar, a linguagem tampouco se prestaria, ainda segundo Bagno (2009), a apenas “difundir ideias”: “uma simples investigação mostra que, em muitos casos, a escrita funcionou, e ainda funciona, com a finalidade oposta: ocultar o saber, reservá-lo a uns poucos para garantir o poder àqueles que a ela tem acesso” (*Idem*).

Nota-se como o jornalismo começa a ser objetivado a partir do uso da língua, ou mais exatamente de uma restrição à liberdade do seu uso. Trata-se de usar a língua para higienizar, regar uma estrutura multi-forme que é o jornal (ou, mais contemporaneamente, qualquer plataforma que utilize o jornalismo expresso por meio da escrita, como as digitais). Esta tentativa de regramento, como registra Faraco (2004), pode inicialmente ser tomada como positiva, mas não encontra sustentação nem mesmo se forem observadas interpretações mais flexíveis das próprias normas gramaticais: “em alguns manuais, a situação é tão absurdamente artificial e dogmática que seus autores recusam peremptoriamente julgamentos flexíveis de bons gramáticos, que se baseiam em dados empíricos óbvios, em especial na prática dos ‘melhores escritores’” (FARACO, 200, p. 48).

Este aspecto unificante, que remete a um artificialismo na escrita, também foi lembrado por Vasconcelos (S/D), igualmente referenciando-se por Bagno (2009), ao retomar a noção de que os Manuais de Redação

e Estilo pertencem ao mundo dos chamados Comandos Paramaticais.

Um outro exemplo dos “comandos paramaticais” se faz presente nos manuais de estilo dos jornais. Eles lidam com a língua de um modo absoluto e único, deixando pouco ou nenhum espaço para variações. Esta posição visa à unificação dos padrões de linguagem do jornal e talvez até seja possível aceitar essa postura pragmática dos órgãos de imprensa. É mais do que natural que empresas estabeleçam normas internas que visem fortalecer seus padrões internos e criem-lhe uma imagem de excelência perante o público consumidor. Ocorre porém que, quando os manuais unificam arbitrariamente as normas da língua portuguesa – instrumento de tessitura da notícia, seu objeto de trabalho – estão se contrapondo às liberdades dos falantes e usuários da língua e difundindo uma visão autoritária e despótica acerca dos usos linguísticos (VASCONCELOS, S/D, p. 4-5)

Também como Bagno (2009), Vasconcelos (S/D) caracteriza esta padronização como uma forma de discriminação social, dado que os leitores dos jornais que eventualmente não façam uso do modo unificado previsto pelo manual do jornal de sua preferência pode ser levado a acreditar que a forma como ele mesmo, leitor, utiliza a língua é “errado”:

Os leitores que porventura façam uso de outra forma igualmente correta tenderão a achar que suas opções estão erradas e se sentirão linguisticamente inferiorizados. Assim, há a possibilidade de que abandonem sua forma de expressão usual e adotem a estabelecida pelo jornal, na crença de que ela é a única correta ou, pelo menos, a “melhor”. (VASCONCELOS, S/D, p. 5)

O próprio Bagno (2009), a propósito, em sua argumentação contra os por ele chamados mitos que levam a preconceitos linguísticos, havia criticado a imprensa por reforçar uma visão elitista em relação ao uso da língua. Em carta à revista *Veja*, reproduzida em livro de sua autoria, o linguista afirma que “é uma pena que não possamos contar com a ajuda dos meios de comunicação para dissipar todos esses mitos e preconceitos, que impedem a formação, no Brasil em particular, de uma autoestima linguística, uma vez que tudo o que os brasileiros ouvem e leem são os mesmos chavões repetidos há séculos, de que “brasileiro não sabe português” e que a língua que falamos é “português estropiado” (BAGNO, 2009, p. 197-8).

A crítica dentro da linguística, de atribuição de correção exclusiva ao português falado, ou até mesmo escrito, apenas àquele que obedece às normas é tributária, por sua vez, de uma crítica dentro da sociologia ao uso da língua para manutenção de uma determinada hegemonia de classe social. A questão foi apontada por Bourdieu e Passeron, ao identificar o quanto as línguas maternas “universitárias” mostram-se anacrônicas para

todas as pessoas, mas ainda mais distantes das línguas efetivamente faladas nos ambientes populares. Desse modo, tornam-se códigos de pertencimento a uma elite que reivindica diferenciação em relação aos demais falantes.

Sem jamais ser para ninguém, mesmo para os oriundos das classes privilegiadas, uma língua materna, a língua universitária, amálgama anacrônico de estados anteriores da língua, está muito desigualmente afastada das línguas efetivamente faladas pelas diferentes classes sociais. (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 146)

Ou, ainda:

Também é na relação com a linguagem que se encontra o princípio das diferenças mais visíveis entre a língua burguesa e a língua popular: no que frequentemente se descreveu como a tendência da língua burguesa à abstração e ao formalismo, ao intelectualismo e à moderação eufemística, é preciso ver antes de tudo a expressão de uma disposição socialmente constituída relativamente à língua, isto é, relativamente aos interlocutores e ao próprio objeto da conversação; a distância elegante, o desembaraço contido e o natural afetado que estão no princípio de todo código das maneiras mundanas se opõem à expressividade ou ao expressionismo da língua popular que se manifesta na tendência de ir diretamente do caso particular ao caso particular, da ilustração à parábola, ou de fugir da ênfase dos grandes discursos ou da afetação dos grandes sentimentos, pela zombaria, pelo atrevimento e pela impudícia, maneiras de ser e de dizer características de classes às quais não são jamais completamente dadas às condições sociais da dissociação entre denotação objetiva e conotação subjetiva, entre as coisas vistas e tudo o que elas devem ao ponto de vista pelo qual são vistas. (BOURDIEU; PASSERON, 2008, p. 147-8)

Bourdieu e Passeron (2008, p. 149-150) também foram específicos ao referirem-se aos “profissionais da escrita e da diferença pela escrita”, que empenham-se no “torneio da frase rara”, como acabam por utilizar a linguagem como “instrumento de uma exclusão do vulgar onde afirma-se sua distinção”.

2. O caso Ponte Jornalismo

À luz das questões levantadas acerca do uso excessivo de padronização no texto jornalístico promovido pelos Manuais de Redação e Estilo, este artigo busca identificar o modo como uma das novas referências do jornalismo brasileiro, a *Ponte Jornalismo* (ponte.org), integrante das iniciativas nativas do ambiente da internet que se reuniram em torno do Festival 3i (festival3i.org) – nome que remete à inovação, inspiração e independência –, se relaciona com o texto jornalístico e com os manuais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A questão central é saber até que ponto um novo jornalismo brasileiro, que está inovando em frentes como enfoque de pauta, rotinas de produção, organização interna, formas de financiamento, entre outras, também estaria inovando no uso da língua portuguesa para noticiar ou contar histórias com linguagem jornalística. Desse modo, a pesquisa sobre caso do site *Ponte Jornalismo* se insere nos estudos dos usos das formas e funções da língua portuguesa.

Criada em 2014, a *Ponte Jornalismo* é especializada em Direitos Humanos e Segurança Pública. Em seu site²⁷⁸, apresenta-se como “uma proposta única no jornalismo brasileiro”, tendo como missão “defender os direitos humanos por meio de um jornalismo independente, profissional e com credibilidade, promovendo a aproximação entre diferentes atores das áreas de segurança pública e justiça, com o objetivo de colaborar na consolidação da democracia brasileira”. O projeto foi fundado por jornalistas com larga experiência profissional, a maioria deles com passagens em veículos de comunicação médios e grandes, insatisfeitos com o modo como esses temas são tratados na imprensa tradicional.

Neste artigo, foram analisadas matérias publicadas pela *Ponte Jornalismo* durante três dias (24, 25 e 26 de setembro de 2019), constituindo um *corpus* com oito textos. Também foi realizada entrevista por e-mail com o jornalista Fausto Salvadori Filho, um dos editores e fundador da *Ponte Jornalismo*, sobre o uso de padrões de escrita para os textos do site e a relação dos jornalistas do veículo com os manuais tradicionais de redação. O objetivo foi identificar elementos textuais consagrados na redação de notícias ou eventuais rupturas com formas tradicionais, como as previstas nos chamados Manuais de Redação e Estilo dos grandes veículos de comunicação, entendidos como uma das formas de “Comando Paragramatical” (BAGNO, 2009).

As matérias analisadas foram as seguintes:

Quadro 1: Matérias do site *Ponte Jornalismo* tomadas como corpus deste artigo.

	Título	Publicação	Autor(a)
Matéria 01	Depoimento ‘Uma vida no RJ vale menos que uma bala de fuzil’	24/09/19	Depoimento de Fábio Antonio da Silva e Leonardo Coelho
Matéria 02	Menino de 12 anos é morto	24/09/19	Mariana Ferrari

²⁷⁸ Cf. <https://ponte.org/contact/autores/>. Acesso em: 26 set. 19.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

	depois de PM falar para mãe encomendar ‘um caixão’		
Matéria 03	‘Quantos dedos apertaram o gatilho na morte da Ágatha Félix?’, questiona Rio de Paz	24/09/19	Mariana Ferrari
Matéria 04	Presídios no Pará têm superlotação, piolhos e degradação humana	25/09/19	Maria Teresa Cruz
Matéria 05	O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil	25/09/19	Mariana Ferrari
Matéria 06	A ‘escola PCC’ no roubo milionário em SP que permanece sem desfecho	25/09/19	Josmar Jozino
Matéria 07	Inocentado após prisão por ‘lapso’, Rogério volta a vender balas no mesmo sinal	26/09/19	Paulo Eduardo Dias
Matéria 08	‘Dos 43 desaparecidos, não sabemos nada até hoje’, diz sobrevivente de massacre no México	26/09/19	Manuela Rached Pereira

Fonte: Elaboração própria.

Embora no trabalho de pesquisa tenha sido considerada a íntegra dos textos selecionados, este artigo se aterá à apresentação exemplar dos primeiros parágrafos de cada matéria, como amostra suficiente para identificar o estilo e a relação com formas tradicionais de redação jornalística. Este recorte busca otimizar o espaço de exposição do resultado, sem prejuízo da análise. Mesmo quando não procura adequar-se ao chamado “lead” jornalístico, o primeiro parágrafo de uma matéria jornalística é tratado com atenção especial pelos jornalistas e costuma trazer todas ou algumas das respostas às perguntas “quem”, “o que”, “quando”, “como” e “por que”. Na hierarquização por Pirâmide Invertida, mais comum nas notícias cotidianas, a informação considerada mais importante pelo jornalista ou pela editoria deve abrir o texto, de modo a impactar rapidamente o leitor com o aspecto de maior força na notícia e instigá-lo a continuar na leitura.

O quadro abaixo traz os apontamentos da análise do *corpus*:

Quadro 2: Exposição dos primeiros parágrafos das reportagens e análise a partir da linguagem jornalística e do uso da língua.

	Primeiro Parágrafo	Apontamentos da análise
Matéria 01	<p>“Morar no Brasil, no Rio de Janeiro, é você ver filho de pobre sendo esquecido todo dia. Por isso que a demanda de matar pobre aqui é fácil, porque nunca dá em nada. Pessoal vive de mímica. Essa é a grande verdade. Para a família resta a dor, saudade e continuar a vida. Juntar os cacos.”</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Trata-se do depoimento do gesseiro Fábio Antônio da Silva, pai de um menino morto no Complexo do Alemão, no Rio, durante operação policial. A matéria vem assinada como “Depoimento de Fábio Antônio da Silva a Leonardo Coelho”. Íntegra da matéria é formada pelo depoimento, que se estende por 12 parágrafos. Abertura com aspas (e o fechamento no final do texto completo) sinaliza o controle editorial, mostrando que o autor do depoimento não ocupa o espaço como um articulista, um colaborador do site, mas como uma fonte que tem a sua palavra mediada por um jornalista. O formato pouco usual não chega a ser impedido por qualquer Manual de Redação, mas não está na prática do jornalismo cotidiano. Mostra opção da <i>Ponte</i> em dar voz direta e mais ampla aos atores sociais que vivenciam a violência, sem se importar com o modo como se expressam, preservando a oralidade.</p> <p>Sobre uso da língua: Trata-se de um discurso direto escrito em linguagem coloquial, o que se pode notar por meio do uso das expressões "nunca dá em nada", "vive de mímica" ou "juntar os cacos".</p>
Matéria 02	<p>Uma perseguição policial terminou com a morte de um garoto de 12 anos, Miguel de Souza, em São José dos Campos, interior de São Paulo. Miguel era dependente químico e, de acordo com a mãe, Andreia Gonçalves, 36, foi ameaçado de morte por um PM semanas antes do ocorrido. A perseguição aconteceu na noite do dia 6 de setembro</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Lead clássico que coloca no topo da hierarquia noticiosa, na primeira oração, a resposta ao “o que” [garoto morto por operação policial], seguido do “quem” [o garoto Miguel] e o “onde” [interior de São Paulo]. No entanto, privilegia também elemento do contexto, o ambiente de ameaças, o que em matérias mais superficiais da imprensa cotidiana costuma ser abordado no corpo da matéria, raramente no lead. Outra mostra do enfo-</p>

	<p>e acabou dentro de um parque de diversões itinerante.</p>	<p>que editorial que prioriza os Direitos Humanos.</p> <p>Sobre uso da língua: Texto escrito com verbos conjugados na 3ª pessoa do singular, no pretérito perfeito do modo indicativo (“terminou”, “aconteceu”, “acabou”), indicando objetividade e “imparcialidade”.</p>
<p>Matéria 03</p>	<p>Um fuzil da Polícia Militar do Rio de Janeiro atingiu e matou uma criança de 8 anos de idade no Complexo do Alemão, zona norte do Rio de Janeiro, segundo a família da criança e testemunhas, durante uma operação policial na sexta-feira (20/9). Ágatha Vitória Sales Félix estava dentro de uma kombi com o avô e foi atingida pelas costas quando o veículo seguia dentro da comunidade da Fazendinha.</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Lead clássico que prioriza a resposta ao “o que”, mas destaca o fato pela gravidade de ter partido de uma arma da polícia militar o tiro que matou a criança. Traz a imprecisão de afirmar que “um fuzil (...) atingiu”, quando na verdade a criança foi atingida pela bala disparada. Também fere o estilo mais conservador do jornalismo a informalidade oralizada utilizada em “estava dentro de uma Kombi”, quando redações mais tradicionais recomendariam “estava em uma Kombi” — assim como recomendariam não repetição da palavra “dentro” logo a seguir. O texto acaba por refletir a urgência da revelação, mais cioso com o registro da denúncia do que preocupado com formalidades da escrita normatizadas por Manuais de Redação ou pela tradição jornalística.</p> <p>Sobre uso da língua: Assim como o anterior, esse texto também é construído com o uso de verbos em 3ª pessoa do singular no pretérito perfeito do Indicativo e possui marcas da oralidade, como a já citada utilização do advérbio “dentro” nas orações “estava dentro de uma Kombi” e “seguia dentro da comunidade Fazendinha”.</p>
<p>Matéria 04</p>	<p>O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) divulgou uma nota pública nesta quarta-feira (25/9) detalhando as condições precá-</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Lead clássico que prioriza a resposta ao “o que” [a divulgação da nota pública, dado que as condições precárias já eram conhecidas e, agora, serão detalhadas e formalizadas em decorren-</p>

	<p>rias do sistema prisional do Pará depois de inspeções em cinco unidades realizadas entre 16 e 20 de setembro. O relatório completo deve ficar pronto em até 30 dias.</p>	<p>cia de uma inspeção]. Período muito longo, com cerca de 30 palavras sem uma vírgula, o que não se admitiria em redações tradicionais, uma sinalização da opção pelo respeito editorial ao ritmo pretendido pela autora da matéria.</p> <p>Sobre uso da língua: Nota-se que esse texto também é marcado por traços da oralidade por meio da utilização de uma oração reduzida de gerúndio – “detalhando as condições precárias...”. Essa é uma estratégia comumente utilizada em textos coloquiais. Nesse caso, trata-se de uma oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio.</p>
<p>Matéria 05</p>	<p>Necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo negro, historiador, teórico político e professor universitário camaronense Achille Mbembe que, em 2003, escreveu um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. O ensaio virou livro e chegou ao Brasil em 2018, publicado pela editora N-1. Para Mbembe, quando se nega a humanidade do outro qualquer violência torna-se possível, de agressões até morte.</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Abertura de entrevista em formato chamado no jornalismo por “pingue-pongue”, quando há a reprodução das perguntas do jornalista e as respostas do jornalista na íntegra ou editadas. Objetivo é de formação, em entrevista temática, priorizando a explicação sobre o conceito de “Necropolítica”. Formato tradicional na imprensa para entrevistas.</p> <p>Sobre uso da língua: Aqui, há também a utilização de uma oração subordinada adjetiva reduzida de gerúndio (“questionando os limites da soberania”) que mais uma vez indica a opção por conduzir o texto com um tom menos formal.</p>
<p>Matéria 06</p>	<p>O maior roubo do ano realizado no estado de São Paulo completa dois meses nesta quarta-feira (25/9) e, até agora, a Polícia Civil não conseguiu recuperar a milionária carga levada pelos assaltantes.</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Lead clássico que destaca o “quando” em associação com “o que” [a passagem de dois meses sem a elucidação de um crime]. Texto direto e objetivo, comum à imprensa tradicional. Serve de abertura para uma matéria que retoma o estilo narrativo mais típico do site a partir do segundo parágrafo [“No dia 25 de julho, um grupo de ladrões entrou no terminal de car-</p>

		gas...”].
		<p>Sobre uso da língua: Nesse texto, “o maior roubo do ano realizado no estado de São Paulo” é o sujeito da oração e a opção por indicar o tempo em que ele ocorreu por meio do verbo “completar” conjugado em 3ª pessoa do singular no presente do Indicativo pode ser entendida como uma estratégia de personificar a ação dos assaltantes de modo a torná-la ainda mais significativa.</p>
Matéria 07	<p>“Meus clientes, estou de volta no mesmo farol”, anunciou Rogério Xavier Salles, 32 anos, ao retornar na tarde desta quinta-feira (26/9) para a Avenida Internacional, no bairro Santo Antônio, em Osasco (Grande São Paulo), onde ganha a vida vendendo balas para os motoristas que param no semáforo. Não fazia nem 24 horas que o vendedor havia deixado uma cela no raio 3 do CDP (Centro de Detenção Provisória) 1 de Osasco, onde passou 28 dias preso por uma falsa acusação de tráfico de drogas, motivada pelo “lapso” de um delegado, um promotor e um juiz.</p>	<p>Sobre a linguagem jornalística: Lead abre com citação direta da fonte e cria imagem da sua inserção na realidade, em tratamento típico do jornalismo narrativo. Valoriza a história que envolve a notícia. Busca a humanização por meio da centralidade um personagem. Enfoque da pauta assume posição ao deixar claro como fato incontestável a ocorrência de uma falsa acusação. Redações tradicionais, normalmente mais afinadas às instituições e ao mundo oficial, tenderiam a utilizar condicionantes como “suposta” falsa acusação, mesmo com todas as evidências e admissão do “lapso” por um delegado [o que é registrado adiante pela matéria].</p> <p>Sobre uso da língua: A coloquialidade pode ser observada por meio do uso da expressão “ganha a vida” e na dupla negação na oração “não fazia nem 24 horas”. Percebe-se ainda a utilização das aspas na palavra “lapso” que pode ser interpretada como um apontamento para o recurso da ironia ou como a indicação de que esse substantivo foi utilizado por algum personagem da matéria ao longo do texto e reproduzido no lead pelo repórter sem que este fosse o responsável pela escolha do termo.</p>
Matéria 08	Já era noite no povoado mexicano de Ayotzinapa,	<p>Sobre a linguagem jornalística: Jornalismo narrativo que envolve o</p>

	<p>há exatos cinco anos, quando o estudante Omar Garcia recebeu uma ligação que anunciava o início de mais um massacre cometido por forças de segurança do Estado na história recente do México. “Um dos meus companheiros gritava no telefone: ‘estamos em Iguala, a polícia está atirando em nós e um já morreu’”, conta.</p>	<p>leitor pela história, sem desconsiderar o impacto do fato [massacre cometido por forças de segurança]. Alterna as vozes da autora da matéria com a da fonte.</p> <p>Sobre uso da língua: A tipologia narrativa pode ser observada por meio da utilização de verbos no pretérito imperfeito do Indicativo ("era", "anunciava", "gritava").</p>
--	---	---

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito a aspectos relacionados à linguagem jornalística, percebe-se na *Ponte Jornalismo*, a considerar a amostra de oito matérias publicadas em três dias, e como mostram os primeiros parágrafos tomados para ilustração neste artigo, a opção pela permanência em um entre-lugar que não está nem completamente ancorado pelos tradicionais Manuais de Redação e Estilo e nem apresenta-se abertamente em confronto com as formas tradicionais de escrita jornalística. O site não adota qualquer manual, mas seus responsáveis cogitam a elaboração de um manual próprio que, de acordo com o jornalista Fausto Salvadori Filho, integrante e fundador da *Ponte Jornalismo*, não tratará de normas para enquadrar o texto jornalístico, apenas dos princípios editoriais do site.

O jornalista afirma que o modelo de jornalismo padronizado é inadequado para garantir a audiência no ambiente veloz da internet, além de contrariar os propósitos da *Ponte Jornalismo*, de cultivar uma voz autoral em seus jornalistas e uma narrativa que mostre a crueza dos fatos vivenciados pelos personagens das matérias.

No jornalismo on-line, estamos o tempo todo tentando chamar a atenção da audiência para que se interesse por clicar na notícia que julgamos importante. Após o clique, vem o segundo desafio, que é o de fazer a pessoa permanecer na página e ler (ou assistir) o que fizemos. Por isso, o investimento na linguagem é essencial. A gente não vai seduzir a audiência com padronização, escrevendo as notícias do mesmo jeito sempre. O mundo é novo a cada dia. Um fato é sempre diferente do outro (Fausto Salvadori Filho, em entrevista aos autores).

E, ainda:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Essa tradição norte-americana de manuais faz sentido para empresas que enxergam o jornalismo como uma linha de produção, que fabrica notícias como se fabricam salsichas, em que a humanidade dos profissionais não importa: todos têm que se comportar como peças de uma engrenagem, sem voz própria, para garantir que O Veículo se expresse como uma voz única. Essa não é a nossa pegada. Gostamos que cada repórter tenha sua própria voz e não vemos problema nisso. O leitor, aliás, não liga. Padronização é algo que só interessa aos jornalistas (*Idem*).

O jornalista afirma que “se escrevemos fatos novos como se fossem antigos, estamos traindo esses fatos ao retratá-los como repetições”. A flexibilidade para adequar cada texto à notícia ou à história que se pretende contar é um traço característico da Ponte reforçado por Salvadori Filho, que considera que “algumas histórias podem ser contadas como pirâmide invertida; em outras, o melhor é o formato de uma história com começo, meio e fim”. Ele lembra ainda que “muitas histórias contêm várias vozes, mas às vezes podemos optar por uma narração em primeira pessoa”, como demonstram os diferentes formatos adotados que puderam ser verificados mesmo em uma pequena amostra de três dias, selecionada para a produção deste artigo.

O editor da Ponte defende que “não há fórmula, porque o bom texto jornalístico exige justamente deixar que a notícia encontre o seu melhor formato, como se escrevesse a si mesma”, o que na verdade “é o contrário das fórmulas, dos manuais, da padronização”. Por outro lado, admite-se a necessidade de referenciais seguros presentes nos modos tradicionais da escrita jornalística:

Estamos buscando inovar o tempo todo, mas o tema nos amarra. Como lidamos com denúncias muito duras, envolvendo morte e sofrimento, e nas quais qualquer erro ou interpretação equivocada pode destruir reputações, ameaçar vidas ou gerar processos judiciais, é difícil fugir de uma linguagem mais tradicional (*Idem*).

E, ainda:

Eu diria que, de forma geral, nossa linguagem lembra, sim, a do jornalismo impresso tradicional dos grandes veículos. Romper com isso é um desafio a longo prazo. Algo que nos diferencia é o “chamar as coisas pelo seu nome”. Se a polícia arrebenta a cabeça de uma moradora de rua na nossa frente e diz que essa violência foi provocada por manifestantes, escrevemos com todas as letras “polícia mentiu ao dizer que...”, algo que muitos veículos nem sempre teriam a manha de escrever. Seja como for, buscar reunir inovação da linguagem com rigor jornalístico é um dos nossos maiores desafios (*Idem*).

As respostas de Salvadori Filho às perguntas dos autores mostra grande consciência dos jornalistas da *Ponte* acerca dos limites da lingua-

gem jornalística e da relação com a padronização. Elas sinalizam que, embora as novas experiências dos chamados inovadores estejam abertas a mudanças também na forma de escrita, ainda são desconhecidos os caminhos a percorrer. Além de mudanças nas rotinas, na hierarquia, nas formas de financiamento, entre outras, o jornalismo nativo da internet e imerso em uma crise de formatos e de sustentabilidade enfrenta a necessidade de se reinventar em sua linguagem.

Nenhuma das oito matérias analisadas apresenta estrutura de texto que rompa de modo muito significativo com formas previstas nos Manuais de Redação e Estilo dos jornais tradicionais, embora, em alguns casos, perceba-se uma maior liberdade em relação a estes veículos, principalmente por meio da utilização de expressões típicas da oralidade que indicam a opção pelo tom coloquial (vide Quadro 2). Em termos de formatos editoriais, há apenas um caso que se diferencia de modo mais acentuado – embora não inédito – dos modelos tradicionais, por meio do uso do depoimento direto de um personagem da notícia (Matéria 01). Em todos os demais casos verifica-se à adequação à norma padrão da língua portuguesa apesar da constante utilização de expressões coloquiais.

Assim, pode-se concluir, com base na análise das matérias acima, que, embora a *Ponte Jornalismo* não se valha de um Comando Gramatical explícito e se proponha a ser um veículo inovador no que tange à produção jornalística, à rotina e organização do trabalho, ao enfoque das pautas e até mesmo às formas de financiamento, quando o assunto é a linguagem, especificamente, a ausência da utilização de um Manual de Redação e Estilo não indica o rompimento taxativo com as formas de escrita jornalística já consolidadas, ainda que os textos publicados nesse veículo possuam marcas da oralidade que se contrapõem à linguagem formal comumente adotada pela imprensa tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Tiago César; LANNES, Joaquim Sucena. Questão de estilo: Evolução dos Manuais de Redação no Brasil. Estudo de caso dos Manuais de Redação dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. In: *Intercom* – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo, 2008.

BAGNO, Marcos. Comandos paragramaticais: a política lingüística dos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

meios de comunicação do Brasil. In: *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*. V. 2, n. 1 (3), Políticas da Linguagem no Brasil. 2004.

BAHIA, Benedito Juarez. *Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994.

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira – Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (Org). *Linguística da norma*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual da redação*. 18. ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

VASCONCELOS, Sérgio Paulo Gomes de. “Comandos paragramaticais”: entrave ou auxílio no ensino da língua portuguesa?. Disponível em: <http://filologia.org.br/cluerj-sg/anais/ii/completos/minicursos/sergio-paulogomesdevasconcelos.pdf>. S/D. Acesso em: 05 out. 19.